



PIB do Brasil é destaque do G20, mas nível de investimento preocupa

Sem acordo na CCJ, Lira vai pautar PEC do corte de gastos no plenário

Página 4

Caixa aumenta em 20% valor de avaliação em penhor

Página 3

Diretor da PF diz que imunidade parlamentar não é direito absoluto

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, disse na quarta-feira (4) que a legislação não concede imunidade absoluta aos parlamentares, e que as críticas vindas de autoridades políticas sobre eventuais investigações contra integrantes do Legislativo não colocarão em risco o cumprimento das missões atribuídas à PF.

A afirmação foi feita durante café da manhã com jornalistas, após o diretor-geral ser questionado sobre as reações de autoridades políticas às operações e investigações contra parlamentares.

“Essas reações não atrapalham de forma nenhuma os nossos trabalhos. Trabalhamos com base na Constituição”, disse o diretor, lembrando que não é a PF que abre inquéritos. “É a Suprema Corte”, afirmou.

Recentemente, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), criticou o indiciamento dos deputados Cabo Gilberto Silva (PL-PB) e Marcel Van Hattem (Novo), por calúnia e difamação contra o delegado Fábio Shor, responsável pelo indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado.

Na semana passada, Lira disse que “não se pode cercar o direito fundamental ao debate e à crítica em tribuna, mediante ameaças de perseguição judicial ou policial. O Parlamento não é e não pode ser alvo de ingerências externas que venham a coibir o exercício livre do mandato”, argumentou o presidente da Câmara em meio a manifestações de preocupação com o indiciamento dos parlamentares.

Ao afirmar que tem muito respeito parlamentar, Andrei Rodrigues disse que considera “muito importante” separar o que são prerrogativas e liberdade de expressão dos parlamentares do que é crime; e que a imunidade parlamentar não dá, ao parlamentar, direito a cometer crimes.

“Nem mesmo o direito à vida é absoluto. É o caso da legítima defesa, por exemplo. Não há direito absoluto para ninguém. E imunidade parlamentar não é direito absoluto”, acrescentou. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 6,03
Venda: 6,03

Turismo
Compra: 6,11
Venda: 6,29

EURO

Compra: 6,35
Venda: 6,35

Entidades de direitos humanos criticam política de segurança de SP



Foto: Cere Silveiro/Governo de SP

Página 2

Hora trabalhada de pessoa branca vale 67,7% mais que a de negros

Página 3

Programa da Prefeitura para parcelamento com descontos de juros e multas em débitos de IPTU, ISS e multas vai até 31 de janeiro

Página 2

Esporte

Gabriel Bortoleto ganhou, mas, chegou em terceiro na penúltima da F-2



Foto: James Gasperotti

Terminou no domingo a 13ª e penúltima etapa do Campeonato Mundial de F-2. O piloto brasileiro Gabriel Bortoleto, da Invicta Racing, teve um fim de semana muito produtivo desde os treinos livres tendo, em todo o tempo, um dos carros mais rápidos da pista. As disputas dessa rodada aconteceram na pista de Lusail, no Catar, local que pela primeira vez recebeu uma prova da F-2.

Página 6

Gabriel Bortoleto

Start up cria plataforma com recursos que prometem ajudar os treinadores e atletas de corrida de rua

A corrida de rua é o segundo esporte mais praticado em todo Brasil, ficando atrás apenas do futebol. Estima-se que o Brasil tenha aproximadamente 10 milhões de corredores com expectativa de crescimento significativo em 2025. A Ticket Sports, empresa de inscrições para eventos esportivos divulgou em fevereiro desse ano um estudo que traçou o perfil do atleta brasileiro com base em mais de 1 milhão de inscrições em sua plataforma em 2.466 provas esportivas e observou que 82,4% das inscrições foram feitas em provas de corrida de rua.

Página 6



Foto: Divulgação

Kartismo: AKSP encerra o KGV Trophy no domingo



Foto: Emerson Santos

Mulheres em Ação sempre tem um bom grid e belas disputas

O tradicional Kartódromo Granja Viana (Cotia/SP) terá uma grande festa no próximo domingo (8), com o encerramento do KGV Trophy, certame que apontará os melhores pilotos da pista que sedia os principais eventos do rental kart do Brasil, e que recentemente sediou o Mundial da modalidade. A festa será comandada pelo renomado DJ Martin501, e valerá também como a 12ª e última etapa do campeonato de kart amador AKSP Master Challenge e Mulheres em Ação.

Após cinco etapas do KGV Trophy, os ponteiros são Gabriel Vitorino (Light), Allan Félix Espadrezani (Graduados), Paulo Policeno (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação).

Na categoria Light Gabriel Vitorino está bem próximo de levar o troféu de campeão do KGV Trophy. Das cinco etapas já realizadas, ele só não venceu a abertura da temporada, quando terminou em segundo. A briga pelo vice será entre Luan Luz e Luiz Felizzola.

Entre os pilotos Graduados, o líder Allan Félix Espadrezani venceu duas etapas, mas tem a forte concorrência de Diego Rocha e Gabriel Palmyro, que venceram apenas uma prova, mas que vem pontuando bem nas etapas. Com menos probabilidade, mas com chances matemáticas, ainda aparecem Edicarlo Tomiazzi e Sérgio Pereira Inácio.

Na categoria Elite a disputa também está apertada. O líder Paulo Policeno não venceu nenhuma etapa, mas está com uma grande regularidade, enquanto Matheus Nozaki e Fernando Braga venceram uma etapa cada e estão praticamente empatados com Policeno com o descarte do pior resultado. André Reis, também com uma vitória, ainda tem uma remota chance matemática.

A Sênior mostra Marco Verga liderando com duas vitórias. Sem vencer, mas com bons resultados, Jorge Roque ainda tem chance, seguido de Ricardo Corrêa. Quem entra na briga pelo vice é Gerison Roschel.

Página 6

SP se prepara para chuvas com novos radares e sistema de alerta

O vice-governador Felício Ramuth abriu oficialmente a campanha SP Sempre Alerta – Operação Chuvas, na quarta-feira (4), no Palácio dos Bandeirantes. A iniciativa, realizada pela Defesa Civil, em parceria com outros órgãos estaduais, tem foco na prevenção de desastres naturais e se concentra em preparar o estado para a temporada de chuvas intensas, minimizando riscos e garantindo pronta resposta em situações de emergência. Durante o evento, o Governo de São Paulo anunciou uma série de novos programas e parcerias, além de entregar obras e firmar convênios e termos de cooperação com entidades para integração conjunta de ações de Proteção e De-

fesa Civil, que somam R\$ 64,3 milhões em investimentos.

“Quando a gente fala em mudanças climáticas, tem que se basear em três eixos principais: prevenção, ação e reconstrução. Na manhã de hoje, vemos o Governo de São Paulo agindo, pela Defesa Civil, justamente nesses importantes eixos para que a gente possa criar cidades mais resilientes”, afirmou Felício Ramuth.

A cerimônia contou ainda com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo (Alesp), André do Prado; com a primeira-dama e presidente do Fundo Social de São Paulo, Cristiane de Freitas; com o secretário-chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Proteção e

Defesa Civil, Coronel Henguel Ricardo Pereira e com a secretária do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, entre outras autoridades.

Na operação deste ano, a Defesa Civil contará com novos radares meteorológicos. A inovação tecnológica faz parte da modernização do Sistema de Monitoramento Climatológico do Estado de São Paulo e contempla a integração de equipamentos mais modernos. Entre eles estão o radar da Unicamp, comprado por R\$ 4,4 milhões numa parceria da universidade com a Agência Metropolitana de Campinas (AgemCamp), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), e instalado em Campinas. Há ainda outros três radares que serão adquiridos em parceria com a SP Águas, por meio de recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em investimento total de R\$ 18 milhões. Para ampliar esse monitoramento, a Defesa Civil também fechou parceria com a empresa IACIT, que fornecerá acesso às imagens de seu radar em São José dos Campos.

Para aumentar a resiliência às mudanças climáticas, a Defesa

Civil investirá R\$ 5,5 milhões para a contratação de mapeamentos de risco e elaboração do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, que vão facilitar a prevenção, preparação e resposta aos desastres no estado do São Paulo, estabelecendo as atribuições de cada uma das instituições que compõem o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Durante o evento, foram assinados convênios com 89 municípios para a compra de novas viaturas e equipamentos. Ao todo, serão investidos R\$ 12,6 milhões na preparação das defesas civis municipais. Desde o início de 2023 já foram adquiridos 244 veículos e 858 equipamentos. Outra importante assinatura permitirá o convênio com sete municípios, para a construção de obras como pontes, travessias em aduela e muros de contenção, no valor de R\$ 2,7 milhões.

Foram entregues também 24 obras concluídas este ano, o que envolveu R\$ 21,1 milhões. Esse trabalho é um esforço mútuo do Governo do Estado de São Paulo e dos municípios paulistas para a reconstrução das comunidades afetadas por desastres, promovendo impacto social para milhares de pessoas beneficiadas por estas obras.

O novo sistema Defesa Alerta, baseado na tecnologia cell broadcast, começou a funcionar em todo o estado de São Paulo na quarta-feira (4). Agora, quem estiver em uma área com risco de desastre receberá um alerta independentemente de cadastro prévio. Desde agosto, o sistema já vinha sendo testado em São Sebastião, no litoral norte do estado.

A partir de agora, todas as pessoas que tiverem um celular com tecnologia 4G ou 5G receberão alertas da Defesa Civil. O sistema funciona mesmo com o aparelho sem crédito ou no modo silencioso. A nova ferramenta será utilizada em caso de eventos severos ou extremos, como o ocorrido em São Sebastião em 2023.

Durante o alerta, os telefones vibram e emitem um sinal sonoro com duração de cerca de 10 segundos. A mensagem de texto se sobrepõe ao conteúdo que está sendo visualizado na tela, e o cidadão só consegue continuar utilizando o aparelho depois que visualizar o conteúdo da mensagem.

O Centro de Voluntariado da Defesa Civil também ganhará três novos parceiros. Com a celebração do protocolo de cooperação, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), a Fe-

deração Espírita de São Paulo (FEESP) e a Associação Paulista de Supermercados (APAS) passam a integrar o corpo de voluntários. O trabalho conjunto com estas instituições permitirá o suporte especializado às vítimas atingidas por desastres, apoio na montagem de abrigos emergenciais, suporte logístico durante tragédias e ações de prevenção por meio de campanhas utilizando o sistema de comunicação da rede de supermercados parceiros da APAS.

A campanha SP Sempre Alerta – Operação Chuvas ocorre entre primeiro de dezembro e 31 de março. Durante este período todo o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil permanece em prontidão. Os agentes realizam ações preventivas, como o monitoramento climatológico 24 horas, emitem alertas e realizam vistorias de campo.

Durante toda a operação é realizada a campanha de prevenção, com veiculação de materiais educativos em tv, rádio, outdoor, distribuição de panfletos e fixação de faixas orientativas, com objetivo de despertar mudança de mentalidade na população e prevenir à exposição ao risco, como por exemplo não atravessar áreas alagadas e buscar locais seguros durante os temporais.

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Professora [Direito] e advogada, a ex-deputada [ALESP] Janaina Paschoal defende o vereador (Bombeiro) Palumbo (PP), contra a ação do vereador [não eleito] Frange (MDB), pedindo a cassação do reeleito; dela e mais 2 eleitos [por suposta fraude à cota de gênero]

PREFEITURA (São Paulo)

Após espetacular derrota [pelo PSDB 2024], não só pro reeleito prefeito Ricardo Nunes (MDB), o comunicador Datena volta pra tv, agora no SBT [do falecido Silvio Santos - que ele diz ser seu ídolo]. Em 2026, pode até se candidatar pro Congresso. O tempo vai se impor

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Não deu outra. O TSE confirmou que o ainda deputado Edmir Chedid (União) está eleito [2024] e tomará posse na prefeitura de Bragança. Uma ação do Podemos pretendia provar que Edmir já mandava [de fato] na gestão do pai [faleceu] e não o vice-prefeito [de direito]

GOVERNO (São Paulo)

Por ter sido militar [Exército], o governador Tarcísio (Republicanos) já usa ao máximo todas as políticas [via poder de ser Comandante em Chefe da Polícia Militar e Civil] no Estado. Casos polêmicos [PMs e policiais civis] aceleraram suas ações por eleição ou reeleição 2026

CONGRESSO (Brasil)

Uma coisa tá cada vez mais clara [na Câmara Federal e no Senado]: o presidente Lula (ainda dono do PT), no 3º governo [do Lulismo] não tem ninguém que tenha autonomia e trânsito pra negociar [como ele próprio] ministérios, projetos, PECs, reformas, orçamentos ...]

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Cada vez mais, os ‘amigos’ [nas eleições 2022 vão se afastando do presidente Lula (dono do PT). Ou o próprio Lula vai negociar pessoalmente cada matéria e ajustes fiscais / orçamentários no Congresso, ou aumentarão as possíveis deserções, por conta dos cortes [das emendas]

PARTIDOS (Brasil)

Qual dirigente [PP] vai resgatar a boa relação com o MDB do reeleito [2024] prefeito [São Paulo] Nunes, após o vereador [não reeleito] Frange entrar com ação de cassação de 2 eleitos; 1 eleita e 1 reeleito [que teriam sido beneficiados por fraude à cota de gênero] ?

JUSTIÇAS (Brasil)

Quem trata da extinção [de partidos políticos] é o artigo 28 da Lei 9096/1995. No caso do PL, a tentativa [de deputado do Avante MG] é relacionar o pedido com os inquéritos [no Supremo] dos “atos antidemocráticos”. O cristão e PGR Gonet encaminhou pra força tarefa

ANO 32

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) - por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Eu sei que tudo quanto Deus faz durará eternamente; nada se lhe deve acrescentar e nada se lhe deve tirar. E isso faz Deus para que haja temor diante dele” **Eclesiastes 3:14**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Entidades de direitos humanos criticam política de segurança de SP

Os recentes casos de violência policial em São Paulo causaram repúdio nas entidades ligadas ao tema da segurança. A Comissão Arns chegou a pedir em nota a demissão do secretário de Segurança Pública do Estado, Guilherme Derrite.

O ouvidor das polícias paulistas, Cláudio Aparecido da Silva, e o procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, do Ministério Público, também criticaram a postura da Polícia Militar no estado.

Dois casos divulgados no início desta semana chamaram a atenção das entidades. O primeiro foi de um rapaz, que foi jogado da ponte por um policial militar, na Cidade Adhemar. O segundo episódio foi a morte de um rapaz, de 26 anos, que furtou produtos de limpeza em um supermercado, no Jardim Prudência. Ambos na zona sul da capital paulista.

A Comissão Arns, em nota, afirmou que “vem manifestar sua mais profunda indignação e repúdio em face dos reiterados atos de barbárie praticados por policiais militares do Estado de São Paulo e instar as autoridades competentes a tomar todas as providências para que os responsáveis sejam punidos e essa perversa política que tem levado a um vertiginoso crescimento da letalidade policial no Esta-

do seja suspensa”.

A entidade ligada aos direitos humanos citou outras ocorrências, além dos casos do jovem atirado da ponte e de Gabriel Renan da Silva Soares, morto com 11 tiros, muitos deles desferidos pelas costas. “Morte de crianças, como o jovem Ryan, de apenas 4 anos de idade; morte a tiros de estudante de medicina de 23 anos, desarmado e indefeso; lançamento um rapaz, sob custódia policial, de uma ponte; disparo de 11 tiros, pelas costas, contra um desempregado desarmado, suspeito de furtar duas barras de sabão, não pode se tornar rotina de uma força policial honesta, decente e cumpridora de suas obrigações.”

A Comissão Arns cobrou ações do Ministério Público estadual, e sugeriu que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afaste o atual secretário de Segurança Pública do Estado. “Ao Governador do Estado cumpre afastar imediatamente o Secretário da Segurança, bem como o Comandante da Polícia Militar, determinando uma investigação ampla e rigorosa desses casos, caso não queira se demonstrar conivente com práticas abusivas por parte das forças policiais que comanda”.

O pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), da

Universidade de São Paulo, Renato Alves, afirmou que o cenário de violência policial é de “apreensão e preocupação”. Para o sociólogo, formado também em psicologia, “há um recrudescimento da ação da polícia utilizando a letalidade como instrumento de trabalho”.

Alves exemplificou a gravidade da situação lembrando da morte de crianças ou outras pessoas “que não têm qualquer envolvimento com o mundo do crime” e acabam vitimizadas. “Além disso, a ação da polícia acaba arrogando direitos de outras instituições, pois se tornam juízes e executores dos casos.”

O diretor executivo afirmou ainda que é “urgente” o rompimento dessa lógica de militarização e violência. “Enquanto isso não for enfrentado, continuaremos testemunhando tragédias que minam a confiança da sociedade nas instituições. Isso tudo é legado da ditadura, onde agentes do Estado que cometem esses crimes seguem como perpetradores de violações de direitos humanos e, muitas vezes, nem sequer são condenados.”

Em nota, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania disse que irá acionar a SSP, para que seja designado um delegado especial e um nome da Corregedoria da PM para acom-

panhar o caso e garantir que haja responsabilização dos envolvidos. O ministério ressaltou que esse não é um caso isolado e que somente houve flagrante porque câmeras registraram o ocorrido, resultado da truculência policial.

Desde o início do governo de Tarcísio de Freitas, marcado por inúmeros episódios sucessivos de violência policial, como a Operação Escudo, há discussões sobre a utilização de câmeras acopladas ao uniforme dos agentes da corporação. Quem defende o uso argumenta que os equipamentos são fundamentais para provar arbitrariedades e abusos de poder cometidos por eles.

A situação levou o próprio governador e secretário a manifestarem repúdio pelas ações em suas redes sociais. Já a Secretaria da Segurança Pública (SSP), a quem a corporação responde, afirmou, por meio de nota, que o caso será investigado e que já afastou 13 agentes envolvidos.

Em nota, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania disse que irá acionar a Secretaria de Segurança Pública (SSP), para que seja designado um delegado especial e um nome da Corregedoria da PM para acompanhar o caso e garantir que haja responsabilização dos envolvidos. (Agência Brasil)

Programa da Prefeitura para parcelamento com descontos de juros e multas em débitos de IPTU, ISS e multas vai até 31 de janeiro

As inscrições para o Programa de Parcelamento Incentivado de 2024 (PPI 2024), da Prefeitura de São Paulo, podem ser feitas até o 31 de janeiro pelo site Fique em Dia. A iniciativa da administração municipal permite a regularização de débitos com descontos de até 95% de juros e multas e até 75% de honorários advocatícios. Podem ser incluídos débitos atrasados de IPTU, ISS e multas, dentre outros, inclusive os inscritos em Dívida Ativa.

O PPI 2024 possibilita a regularização de débitos decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajustados ou a ajustar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2023.

Não poderão ser incluídos no PPI 2024 os débitos referentes a obrigações de natureza contratual, infrações à legislação ambiental, ISS do Simples Nacional, multas de trânsito, débitos incluídos em transação celebrada com a Procuradoria Geral do Município e débitos incluídos em PPI ante-

riores ainda não rompidos.

Os contribuintes poderão aderir ao PPI 2024 em três faixas de descontos diferentes, de acordo com o número de parcelas mensais selecionadas (parcela única, de duas a 60 parcelas ou de 61 a 120 parcelas).

Em relação aos débitos tributários, o PPI 2024 oferece:

Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos juros de mora, de 95% (noventa e cinco por cento) da multa e, quando o débito não estiver ajustado, de 75% (setenta e cinco por cento) dos honorários advocatícios, na hipótese de pagamento em parcela única;

Redução de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor dos juros de mora, de 55% (cinquenta e cinco por cento) da multa e, quando o débito não estiver ajustado, de 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios, na hipótese de pagamento em até 60 (sessenta) parcelas;

Redução de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos juros de mora, de 35% (trinta e cin-

co por cento) da multa e, quando o débito não estiver ajustado, de 35% (trinta e cinco por cento) dos honorários advocatícios, na hipótese de pagamento em 61 (sessenta e uma) a 120 (cento e vinte) parcelas;

Em relação aos débitos não tributários, o PPI 2024 oferece:

Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do valor dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajustado, de 75% (setenta e cinco por cento) dos honorários advocatícios, na hipótese de pagamento em parcela única;

Redução de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajustado, de 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios, na hipótese de pagamento em até 60 (sessenta) parcelas;

Redução de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos encargos moratórios incidentes

sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajustado, de 35% (trinta e cinco por cento) dos honorários advocatícios, na hipótese de pagamento em 61 (sessenta e uma) a 120 (cento e vinte) parcelas.

Os contribuintes que optarem pelo pagamento parcelado deverão arcar com parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Os valores mínimos estabelecidos para cada parcela são de R\$ 50 para pessoas físicas e R\$ 300 para pessoas jurídicas. A formalização do pedido de ingresso no PPI 2024 implica o reconhecimento dos débitos nele incluídos.

PIB do Brasil é destaque do G20, mas nível de investimento preocupa

O Brasil teve o quarto maior crescimento econômico no terceiro trimestre de 2024 entre os países do G20 que já divulgaram o resultado do período. O G20 reúne as 19 maiores economias do mundo mais as uniões Europeia e Africana. De acordo com o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgado na terça-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expansão ante o segundo trimestre foi de 0,9%.

Apesar do destaque no ranking de crescimento, especialistas ouvidos pela Agência Brasil defendem o aumento da produtividade e do nível de investimentos para que o desempenho positivo do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país) não seja apenas um “voo da galinha”, ou seja, não duradouro.

Um levantamento feito pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda mostra que o desempenho trimestral da economia brasileira fica atrás apenas do da Indonésia (+1,5%), Índia (+1,3%) e do México (1,1%), se igualando à expansão da China (+0,9%). O ranking mostra que o país supera nações como os Estados Unidos (+0,7%), a França (+0,4%), Alemanha (+0,1%) e o Reino Unido (+0,1).

Comparando o terceiro trimestre de 2024 com o mesmo período de 2023, o Brasil também apresenta a quarta maior expansão, com um salto de 4%, ficando atrás apenas da Índia (5,4%), Indonésia (5%) e China (4,6%). Os Estados Unidos, maior economia do mundo, são o sétimo colocado, com alta do PIB de 2,7%.

“Realmente esse crescimen-

to está sendo forte não só no terceiro trimestre, mas ao longo do ano”, destaca a economista Juliana Trece, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Expectativa revista

Com o resultado brasileiro no terceiro trimestre de 2024 tido como surpreendente, a SPE afirma que a projeção do Ministério da Fazenda para o crescimento do PIB deste ano, atualmente em 3,3%, “deverá ser revisada para cima”.

Já o boletim Focus, elaborado pelo Banco Central a partir da projeção de instituições financeiras, estima que o PIB crescerá 3,22% este ano. Há quatro semanas, a projeção era de 3,10%.

De acordo com o professor adjunto de economia Caio Ferrari, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a expansão do PIB não será suficiente para o país subir no ranking global de economias. Ele cita que os países que antecedem o Brasil são o Canadá (nono) e a Itália (oitavo).

“O Canadá vive um momento bom economicamente, inflação baixa e aumento da imigração. A Itália vive um momento um pouco mais complicado, com desafios como alto endividamento, mas a diferença do tamanho da produção gira em torno de US\$ 200 bilhões [R\$ 1,2 trilhão]. Então, pelo menos no curto prazo, o crescimento do Brasil não vai permitir alcançar essas economias”, avalia.

“Outro ponto é que o crescimento acumulado no último ano, que gira em torno de 4%, é próximo da média de economias em desenvolvimento como o Brasil, ou seja, o país se expande, mais ou menos, no ritmo que países

parecidos crescem”, completa.

Necessidade de investimentos

A economista Juliana Trece pondera que o Brasil tem um grande desafio para manter trajetória de crescimento no ranking global. “A gente acaba sempre enfrentando uma barreira na comparação internacional relacionada à nossa taxa de investimento.”

De acordo com o IBGE, a taxa de investimento brasileira no terceiro trimestre ficou em 17,6%, o que representa um crescimento em relação à observada no mesmo período do ano anterior (16,4%).

“Subiu, mas, se comparar com outros países, ainda é uma taxa muito baixa. Na América Latina, por exemplo, está em torno de 21%”, explica a coordenadora do Monitor do PIB da FGV, estudo que busca adiantar dados sobre o comportamento da economia brasileira.

Ela acrescenta que o Brasil enfrenta a perspectiva de aumento da taxa básica de juros (Selic) em 2025, “e isso afeta exatamente o investimento”.

A Selic é um instrumento do Banco Central para, principalmente, controlar a inflação. Taxa alta é sinônimo de freio na atividade econômica, o que tem potencial de conter aumento de preços, mas, por outro lado, desestimula investimentos e a criação de emprego e renda.

Atualmente a taxa está em 11,25% ao ano. A expectativa do Focus é que os juros básicos terminem 2025 em 12,63% ao ano.

Ao apontar motores da economia brasileira, o professor Caio Ferrari cita o agronegócio voltado à exportação, “a desvaloriza-

ção do câmbio ajuda a tornar as exportações brasileiras mais competitivas”, e a demanda gerada pelos gastos crescentes do governo.

Mas ele ressalta que, para a trajetória de crescimento se mostrar sustentável, é preciso que a capacidade de produção da economia se expanda, em vez de depender de aumento de exportações e de demanda impulsionada por gastos do governo.

“Uma expansão do lado da formação de capital fixo [investimentos] seria um indicativo mais confiável de que o crescimento seria mais perene ou de longo prazo”, afirma.

“O principal desafio da economia brasileira está no ganho de produtividade e, nesse quesito, os dados mostram, na verdade, uma piora nos últimos anos desde a crise política que já vai completar dez anos em breve”, complementa Caio Ferrari, citando a crise que terminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Qualidade de vida

Juliana Trece, da FGV, avalia que, para o crescimento do PIB se refletir em melhoria de qualidade de vida da população, é preciso também que o país caminhe para reduzir desigualdades. Ela cita os programas de transferência de renda do governo, como o Bolsa Família. “São fundamentais e muito importantes.” Mas aponta que há ainda outras formas de diminuir disparidades.

“Uma das melhores formas de mexer na estrutura da desigualdade é mexer na educação. Isso é bom não só para a qualidade de vida, tem reflexo na economia, na produtividade”, ressalta.

“É algo muito importante para

pensar a sustentabilidade no crescimento e dessa melhora da qualidade de vida”, emenda.

A economista acrescenta que um dos problemas é o fato de investimento em educação não apresentar efeitos imediatos.

“Tem que começar a investir agora e daqui a dez, 15 anos essa população com maior tempo de educação de mais qualidade vai começar a chegar no mercado de trabalho, e aí você vai conseguir ver melhoras”, explica Juliana Trece.

Ela acrescenta que, mesmo no “ambiente delicado” de nível de gastos do governo, “investir em educação não é custo”. “É realmente um investimento para ter um país mais sólido”, considera.

Economia real

A divulgação do PIB positivo contrastou com o resultado negativo do principal índice teórico do mercado financeiro, o Ibovespa, da B3 (antiga Bolsa de Valores de São Paulo), que pode ser entendido como uma média do comportamento das ações das principais empresas listadas na B3. Enquanto a economia brasileira cresce 3,3% de janeiro a setembro, o Ibovespa fechou novembro com queda de 6,35% no ano.

Juliana Trece explica que isso tem a ver com o fato de que a bolsa se baseia mais em expectativas, que envolvem outras variáveis além do PIB.

Ela cita que na economia real o Brasil tem taxa de desemprego nas mínimas históricas – 6,2% no trimestre encerrado em outubro – porém pressão inflacionária e subida provável de juros, que acabam sendo ruins para a atividade econômica.

Ela lembra ainda que o cha-

mado “mercado” – ambiente de negociação formado por grandes investidores e especuladores, que atuam na compra e venda de ativos (ações, moedas, títulos públicos, etc.) – encontrou “ruído” no pacote de corte de gastos apresentado pelo governo na semana passada.

“A sensação é que os cortes poderiam ser maiores, teve todo um ruído com a declaração sobre a isenção de Imposto de Renda para [quem recebe] até R\$ 5mil. Então acaba gerando essa incerteza”, detalha.

O governo tem defendido que a perda de arrecadação proporcionada pela isenção será compensada por maior taxação de pessoas que recebem mais de R\$ 50 mil por mês.

O professor Caio Ferrari enxerga que há um pouco de “temeridade” do mercado com o resultado, que é bastante puxado por gastos do governo.

“Com o desafio fiscal que o governo tem pela frente, os cortes de gastos e aumentos de impostos que têm que vir no futuro diminuem um pouco do otimismo para uma trajetória de crescimento sustentável. Em resumo, o receio é que o resultado positivo de hoje em dia seja apenas um ‘voo de galinha’”, avalia.

No Congresso

O pacote de corte de gastos que limita o aumento real do salário mínimo e cria restrições para acesso ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC, que garante um salário mínimo para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda) foi enviado pelo governo à Câmara dos Deputados. A intenção do Executivo federal é votar o texto ainda em 2024. (Agência Brasil)

Hora trabalhada de pessoa branca vale 67,7% mais que a de negros

A hora trabalhada de uma pessoa branca vale 67,7% mais que a de trabalhadores pretos e pardos. Enquanto negros – conjunto de pretos e pardos – recebem R\$ 13,70 em média, os brancos recebem R\$ 23. Invertendo a ordem, significa também dizer que negros recebem por hora 40% a menos que os brancos.

O dado que revela uma das faces da desigualdade racial no país faz parte da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada na quarta-feira (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao observar a diferença racial pela escolaridade, foi possível notar que os brancos recebem mais que os pretos e pardos pela hora trabalhada em todos os níveis. Entre os sem instrução ou fundamental incompleto, por exemplo, a diferença é de 30%.

A maior disparidade é entre os trabalhadores com ensino superior completo, quando os brancos recebem 43,2% mais pela hora trabalhada – R\$ 40,24 contra R\$ 28,11.

O estudo traz também o tamanho da desigualdade no rendimento médio real da população. Enquanto a média salarial geral no país ficou em R\$ 2.979, a média do salário dos brancos é R\$ 3.847, superando em 69,9% o valor dos negros – R\$ 2.264.

Ao comparar com dados de 2019, último ano antes da pandemia de covid-19, a pesquisadora do IBGE Denise Guichard Freire contextualiza que a desigualdade racial referente aos rendimentos diminuiu – em 2019 estava em 74,9%, mas permanece em patamar “extremamente elevado”.

“Pretos ou pardos normalmente estão inseridos em ocupações que pagam menos, como construção, agropecuária, serviço doméstico; enquanto a população branca normalmente está inserida em ocupações que pagam rendimento maior, como informação e comunicação e administração pública. Essa diferença estrutural que acontece no rendimento médio real permanece”.

Apesar da redução de 2019 e

2023, ao analisar a desigualdade racial na remuneração média nos dois últimos anos da pesquisa (2022 e 2023), verifica-se que houve aumento da disparidade, de 65% para 69,9%.

De acordo com Denise Freire, é um efeito que tem a ver com a posição ocupada pelas pessoas em um ano marcado pela recuperação do mercado de trabalho.

“A população branca tem mais facilidade nessa retomada do mercado de trabalho que a população preta ou parda”.

Desigualdade por sexo

A pesquisa faz ainda uma análise por sexo, que mostra homens superando mulheres em termos de rendimento médio recebido. Eles ganham R\$ 3.271 contra R\$ 2.588 das brasileiras, ou seja, 26,4% a mais.

Em relação ao valor da hora trabalhada, os pesquisadores apuraram que o valor recebido pelos homens foi de R\$ 18,81 em 2023, tendo sido 12,6% maior que o das mulheres (R\$ 16,70).

“Os resultados indicam a exis-

tência de desigualdade estrutural, dado que esses diferenciais, salvo pequenas oscilações, foram encontrados em todos os anos de 2012 a 2023”, frisa o IBGE. A desagregação por cor ou raça, assim como o recorte por sexo, são também fundamentais para o reconhecimento das desigualdades no Brasil”, completa.

Informalidade

Os dados de emprego do IBGE levam em consideração o universo da população com 14 anos ou mais de idade e todas as formas de trabalho. O nível de informalidade é mais uma forma de enxergar a desigualdade racial no mercado de trabalho do país.

Em 2023, a proporção de pessoas em ocupações informais era de 40,7%. Mas ao se analisar por cor, identifica-se que a informalidade entre os brancos era de 34,3%. Já entre os negros 45,8%.

Trabalhador informal é o que não tem garantido direitos como férias, contribuição para a previdência social e 13º salário.

Pix já é a forma de pagamento mais usada no Brasil

O Pix, serviço de pagamento instantâneo do Banco Central (BC), já é a forma de pagamento mais utilizada pelos brasileiros. Após quatro anos do seu lançamento, a modalidade superou as transações com dinheiro em espécie, segundo dados da pesquisa O Brasileiro e sua Relação com o Dinheiro, divulgada na quarta-feira (4) pelo BC.

A ferramenta é usada por 76,4% da população, além de ser aquela utilizada com maior frequência para 46% dos entrevistados. Na última edição da pesquisa, em 2021, o Pix havia entrado em operação havia poucos meses e, na época, já era usado por 46% da população. No recorte sobre frequência, entretanto, seu percentual era de apenas 17%.

Em segundo lugar, no atual levantamento, aparece o cartão

de débito, utilizado por 69,1% da população, sendo o meio pagamento mais frequente para 17,4% dos entrevistados.

Já o dinheiro em espécie (cédulas e moedas) aparece em terceiro lugar na pesquisa deste ano, usado por 68,9% da população, sendo o meio mais frequente para 22%. No levantamento de 2021, o dinheiro era utilizado por 83,6% da população, sendo o mais frequente para 42% dos entrevistados.

Na sequência da atual pesquisa aparece o cartão de crédito, utilizado por 51,6% da população, o mais frequente para 11,5%. Por outro lado, o cartão de crédito é a forma de pagamento usada com maior frequência nos estabelecimentos comerciais, 42% do total, contra 25,7% de uso de Pix.

A pesquisa ouviu 2 mil pessoas entre os dias 28 de maio e 1º de julho, sendo que mil compõem o público específico de caixas de estabelecimentos comerciais, em todas as capitais e em amostras de cidades com mais de 100 mil habitantes. O nível de confiança é de 95%, e a margem de erro é de 3,1%.

Segundo o BC, o objetivo da pesquisa é o “aprimoramento contínuo da gestão do meio circulante brasileiro e das ações de divulgação sobre características das cédulas e moedas do Real”.

“Mesmo com o PIX e toda a evolução tecnológica, o dinheiro em espécie ainda se faz bastante presente na vida dos brasileiros”, destaca a autarquia. A pesquisa também traz dados sobre a conservação de cédulas, o uso de moedas e reconhecimento de itens de segurança.

De acordo com o estudo, o uso de cédulas e moedas é mais intenso entre aqueles com menor renda: 75% das pessoas que recebem até dois salários-mínimos e 69% entre os que ganham entre dois e cinco salários-mínimos. Quando a renda aumenta um pouco, o uso do dinheiro em espécie se torna menos frequente: 59,4% daqueles que ganham entre cinco e dez salários-mínimos e 58,3% das pessoas que recebem mais de dez salários utilizam notas e moedas de Real.

O uso do dinheiro físico também é ligeiramente maior entre os idosos. De acordo com o levantamento, 72,7% das pessoas que têm 60 anos ou mais utilizam o meio; esse percentual cai para 68,6% entre aqueles com idade entre 16 e 24 anos. (Agência Brasil)

Caixa aumenta em 20% valor de avaliação em penhor

A partir da quarta-feira (4), os clientes que penhorarem bens na Caixa Econômica Federal podem obter até 20% a mais nos valores de avaliação. O adicional será revertido tanto em novos empréstimos como em troca para os clientes com operações vigentes.

Qualquer cidadão com mais de 18 anos pode contratar o penhor, independentemente de possuir conta na Caixa. Para assinar o contrato, é necessário apresentar RG, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e comprovante de residência atual. Basta ir a uma das agências da Caixa que operam o penhor.

Para os clientes da Caixa, o valor máximo de empréstimo pode chegar a 100% da avalia-

ção do bem. Quem não tem relacionamento do banco pode obter até 85% do valor do item no penhor. Os objetos aceitos para empenho incluem joias e itens confeccionados em ouro, prata, platina e pérola, além de relógios, moedas e canetas de alto valor.

Uma das modalidades mais baratas de acesso ao crédito, o penhor caracteriza-se pela segurança e pela fácil contratação do mercado. O cliente entrega o bem, que é avaliado por profissionais especializados, recebe o empréstimo e pode resgatar a joia ao quitar o valor.

O empréstimo não exige análise de crédito, podendo atender inclusive negativados. (Agência Brasil)

Em 2023, 11,8 milhões de pessoas deixaram pobreza e extrema pobreza

De 2022 a 2023, o percentual da população do país com rendimento domiciliar per capita abaixo da linha de extrema pobreza recuou de 5,9% para 4,4%, também a menor proporção desde 2012 e pela primeira vez abaixo dos 5%. Em números absolutos, o recuo foi de 12,6 milhões para 9,5 milhões. Em um ano, 3,1 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza.

Para fazer a análise, o IBGE considerou as linhas do Banco Mundial segundo o Poder de Paridade de Compra (PPC), que monitoram o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (Erradicação da Pobreza). O Banco Mundial leva em conta o valor de R\$ 665 por capita por mês no núcleo fa-

miliar para identificar a pobreza e R\$ 209 para a extrema pobreza.

Segundo o estudo, a existência de programas sociais de transferência de renda é diretamente conectada com os resultados. Segundo a projeção, caso não houvesse programas sociais implementados pelo Governo Federal, a proporção de pessoas na extrema pobreza em 2023 teria subido de 4,4% para 11,2% e a proporção da população na pobreza teria subido de 27,4% para 32,4%.

De 2022 para 2023, a proporção de pessoas que viviam em domicílios beneficiados por programas sociais subiu de 25,8% para 27,9%. Em 2020, ponto mais

alto da série, essa proporção havia chegado a 36,8%, devido aos benefícios concedidos pelo Governo Federal para aplacar os efeitos da pandemia de Covid-19. Em 2023, cerca de 51% das pessoas em áreas rurais viviam em domicílios beneficiados por programas sociais. Em áreas urbanas, a proporção era de 24,5%.

Entre as pessoas com 0 a 14 anos, 42,7% viviam em domicílios com benefícios. Ou seja, os programas sociais estão presentes na vida de duas em cada cinco crianças do país. O novo Bolsa Família, por exemplo, passou a contar com adicional mensal de R\$ 150 para cada criança de zero

a seis anos no núcleo familiar do beneficiário e adicionais de R\$ 50 a cada criança e adolescente de sete a 18 anos, além de gestantes e mães em fase de amamentação.

As proporções mais altas de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza foram identificadas nos estratos que abarcam Arcos Metropolitanos e o interior das regiões Norte e Nordeste. Os estratos com maiores valores foram: Vale do Rio Purus (AM), com 66,6%; Litoral e Baixada Maranhense, com 63,8%; e Entorno Metropolitano de Manaus (AM), com 62,3%, acima da média nacional (27,4%). Nas demais regiões do país, destacam-se ne-

gativamente os entornos de Cuiabá (MT), Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ), com proporções de pobres na terceira faixa, de um total de quatro (entre 27,4% e 48,8%), nos seguintes locais: Entorno Metropolitano de Cuiabá (MT), com 29,9%; Integrada de Brasília e Goiás, com 27,6%; e Arco Metropolitano de Nova Iguaçu (RJ), com 33,9%. “O detalhamento por estratos permite ver a desigualdade regional, uma vez que os dados por unidades da federação colocaram todas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste dentro dos menores valores”, avalia Leonardo Athias, gerente da SIS.

Sem acordo na CCJ, Lira vai pautar PEC do corte de gastos no plenário

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quarta-feira (4) que irá pautar direto no Plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2014, que, entre outras medidas, reduz gradualmente os beneficiários com direito ao abono salarial e limita os supersalários do funcionalismo público.

Como não houve acordo para votar hoje a PEC que compõe o pacote de corte de gastos do governo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o governo defendeu levar o tema direto ao Plenário.

Lira disse que vai apensar a PEC 45 a outra proposta já pronta para ser votada, “a exemplo do que já foi feito anteriormente, com jurisprudência na Casa, com instruções que permitam apensá-la a uma PEC pronta para o Ple-

nário”.

Em evento do portal de notícias Jota, o presidente da Câmara falou ainda que será designado um relator para essa PEC “que vai dialogar muito efetivamente, e não tenho dúvidas que de uma forma muito mais acelerada do que o mínimo de sessões para que ela pudesse passar para uma comissão especial”, completou.

Por ser uma PEC, o rito comum é o de aprovação na CCJ, seguida por análise de comissão especial. A comissão teria um prazo de, no mínimo, dez sessões do plenário para analisar o texto.

Como partidos de oposição e o PSOL prometeram pedir vistas da PEC 45 na CCJ, o que atrasaria o cronograma previsto, o governo passou a defender levar a proposta direto ao Plenário. Isso porque o objetivo é votar todas as propostas do pacote de corte

de gastos até o final deste ano para que haja impacto no orçamento de 2025.

De acordo com lideranças do governo, há precedentes na Casa para levar uma PEC direto para o Plenário.

“O prazo desejado pelo governo é de votar esta matéria até o dia 18 de dezembro, portanto, fica inviabilizado de ser concluído a partir da CCJ. Quero destacar que há outros precedentes regimentais que garantem a tramitação desta PEC”, afirmou o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), vice-líder do governo na Câmara.

Durante a pandemia, a chamada PEC Emergencial foi levada à votação direto no Plenário

da Casa após acordo entre os líderes.

Rubens Pereira informou à Agência Brasil que a oposição tentou construir um acordo para condicionar a PEC do corte de gastos à aprovação, também sem pedido de vistas, da PEC do BNDES, que exige autorizações do Congresso para empréstimos do banco feitos para empreendimentos no exterior. Tal acordo não teria sido aceito pelo governo.

A oposição criticou a tentativa de levar a PEC direto ao Plenário. De acordo com o deputado Mendonça Filho (União-PE), o governo demonstrou que não tem força para aprovar a PEC 45 na CCJ. “O governo está dizendo claramente que vai passar por

cima da CCJ e passar por cima da comissão especial, o que é inaceitável. A gente tem que protestar”, afirmou.

A presidente da CCJ, deputada Caroline de Toni (PL-SC), argumentou que a decisão contradiz o regimento da Casa.

“Nós nos posicionamos contrários a esses precedentes e achamos que o próprio colegiado é enfraquecido e desprestigiado quando isso acontece. Por mais que muitas vezes seja uma decisão política e que já tenha precedentes na Casa”, afirmou a parlamentar.

Uma das medidas previstas na PEC que compõe o pacote de corte de gastos anunciado pelo governo reduz gradualmente o

acesso ao abono salarial.

O benefício de um salário-mínimo é pago, anualmente, aos trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos com renda de até dois salários-mínimos como forma de compensação da renda desses trabalhadores.

A PEC estabelece uma redução gradual para que o abono seja pago, a partir de 2035, apenas aos trabalhadores que ganhem até um salário-mínimo e meio.

A proposta ainda limita as verbas indenizatórias recebidas por servidores que ultrapassem o teto do funcionalismo público, estabelece novas regras para concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos fiscais, entre outras mudanças. (Agência Brasil)

Paraná reconhece empresas comprometidas com segurança das mulheres no turismo

O Governo do Estado, por meio das secretarias da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa; do Turismo, e em parceria com o Sebrae/PR, reconheceu 45 empresas e prestadores de serviços comprometidos com a segurança das mulheres no turismo com a entrega dos primeiros selos do programa Viajantes + Seguras. A cerimônia foi na quarta-feira (4), no auditório Potty Lazzaroto, do Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba.

O evento, que compõe o calendário estadual dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, fomenta as boas práticas em empresas e destinos para a construção de um turismo mais acolhedor, inclusivo e responsável com o público feminino. Além do reconhecimento, incentiva a continuidade das ações, estimula o engajamento de outras organizações e promove a integração entre empresas, órgãos públicos e representantes do setor, com o objetivo de fortalecer políticas públicas voltadas à segurança, ao turismo responsável e ao protagonismo feminino.

O programa Viajantes + Seguras reforça a importância de medidas que garantam a segurança e o bem-estar das mulheres durante suas experiências turísticas. Para apoiar as empresas nessa missão, é oferecida uma capacitação gratuita que aborda temas como violência contra mulheres e bem-estar da mulher viajante, com orientações para prevenir e atender casos; protagonismo feminino no setor turístico; e código de conduta, com diretrizes práticas para promover ambientes mais seguros e acolhedores. Após a capacitação, as empresas recebem um selo, que pode ser fixado em uma área visível do estabelecimento comercial.

A secretária estadual da

Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, Leandre Dal Ponte, destacou a importância do Paraná como um destino turístico atrativo, enfatizando que o Estado tem muito a oferecer tanto para os paranaenses quanto para visitantes de fora. Ela reforçou a necessidade de combater a violência em todos os ambientes, criando mecanismos e envolvendo a sociedade em uma força-tarefa liderada pelo governo estadual.

Márcio Nunes, secretário estadual do Turismo, participou da solenidade e reafirmou o compromisso do Estado com o tema. “O Paraná tem se destacado no mercado do turismo pela segurança ofertada aos visitantes que aqui chegam, mas também entendemos a importância de ter uma atenção especial com o público feminino. Nosso objetivo é fazer do Estado um destino que não valoriza apenas os pontos turísticos, mas que também preza pela segurança das mulheres que nos visitam. Somos referência em diversas áreas, e seremos referência também na segurança e inclusão das mulheres no turismo”, disse o secretário.

A coordenadora de Indústria do Sebrae/PR, Suelen Suzuki, disse que promover ações para garantir atendimento seguro e confiável às mulheres viajantes no Paraná impulsiona a reputação e a competitividade dos destinos turísticos.

“Promover esse debate, gerar ações efetivas na atenção e atendimento para as mulheres que viajam sozinhas ou acompanhadas, considerando opções confiáveis e seguras, constitui um diferencial competitivo e uma reputação positiva para os destinos no Paraná. Da mesma forma, fortalece o papel das mulheres na promoção da economia do trade turístico”, afirmou. (AENPR)

Brasil tem mais de 6,5 milhões de casos prováveis de dengue este ano

Dados do Painel de Monitoramento das Arboviroses indicam que o país contabiliza 6.590.575 casos prováveis de dengue ao longo de 2024. Pelo menos 5.872 mortes pela doença foram confirmadas e 1.136 seguem em investigação. O coeficiente de incidência brasileiro é de 3.245 casos de dengue para cada 100 mil habitantes.

O estado de São Paulo lidera o ranking em números absolutos, com 2,1 milhões de casos prováveis. Em seguida estão Minas Gerais (1,6 milhão), Paraná (653,8 mil) e Santa Catarina (348,5 mil). Já

em relação ao coeficiente de incidência, o Distrito Federal aparece em primeiro lugar (9.876), seguido por Minas Gerais (8.233), Paraná (5.713) e São Paulo (4.841).

O Ministério da Saúde informou ter intensificado ações de vigilância e controle de arboviroses em estados onde há aumento expressivo de casos. “Depois de Mato Grosso, chegou a vez de a pasta visitar Minas Gerais, e a previsão é que o trabalho chegue ao Espírito Santo na próxima semana, estado onde doenças como febre amarela e Oropouche preocupam as au-

toridades sanitárias.”

Em nota, o ministério destacou que o objetivo das ações é atualizar informações epidemiológicas, revisar estratégias de prevenção e controle e alinhar esforços com estados e municípios numa tentativa de conter a expansão das arboviroses.

“Os três estados enfrentam desafios específicos. Em Mato Grosso, os casos de chikungunya estão em alta, enquanto no Espírito Santo a arbovirose emergente febre do Oropouche teve aumento.”

“Minas Gerais, por sua vez,

enfrenta o risco de aumento da febre amarela, com necessidade de ampliar a cobertura vacinal e reforçar a vigilância em primatas não humanos, que funcionam como sentinelas da circulação viral.”

Além do levantamento epidemiológico, a previsão é que as equipes técnicas atualizem dados sobre coberturas vacinais, estoques de vacinas e insumos laboratoriais, além de revisar métodos de análise de risco e identificar áreas prioritárias para ações de prevenção e controle. (Agência Brasil)

Presidente Lula assina demarcação de terra indígena na Paraíba

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quarta (4), a demarcação da terra indígena Potiguara de Monte-Mor, na Paraíba. Além da demarcação, ele destacou a necessidade de garantir políticas públicas para a região e outros territórios de povos originários.

“Nós temos mais 2 anos de governo e a gente vai continuar trabalhando para legalizar e entregar todas as terras que tiverem sobre a nossa responsabilidade”, garantiu o presidente. Lula disse que quer deixar como legado o maior número de autorizações de terras indígenas.

O presidente entende que não deve haver polêmica se as terras são ou não de comunidade indígena, já que as decisões são baseadas nos estudos de profissionais da antropologia.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, também presente ao evento de assinatura de demarcação, reforçou que a decisão colocou um ponto final a “uma longa controvérsia”.

“Estamos cumprindo um dever que a Constituição impõe ao Estado, que é a demarcação das terras dos indígenas”, afirmou Lewandowski.

O ministro acrescentou que a

definição ajuda a proteger o meio ambiente. “Já está cientificamente provado que, onde os índios estão assentados, o meio ambiente está melhor protegido”.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, lembrou que havia uma estimativa, antes do início do governo, de homologar 14 territórios. A terra indígena Potiguara de Monte-Mor foi a 13ª da lista, segundo a ministra, daquelas previamente elencadas.

“Estamos confiantes de que, até o final do ano, a gente consegue alcançar essa meta de 100%”.

Sonia Guajajara disse que o governo conseguiu também rea-

lizar integralmente cinco desintrusões (retirar pessoas que ocupam ilegalmente áreas indígenas). “Nós temos uma lista muito maior de áreas que não estão judicializadas, mas que também têm urgência para que essas desintrusões sejam feitas”.

A ministra afirmou que há situações preocupantes com invasões mesmo em áreas demarcadas. “A demarcação é um passo fundamental para garantir essa segurança, a gestão e a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas dentro dos seus territórios”, disse. (Agência Brasil)

Unesco reconhece Queijo Minas Artesanal como patrimônio imaterial

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) decidiu, na quarta-feira (4), incluir os modos de fazer o Queijo Minas Artesanal na Lista Representativa do Patrimônio Imaterial da Humanidade.

Esta é a primeira vez que os modos de fazer um alimento brasileiro recebem o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. A produção do Queijo Minas Artesanal abrange 106 municípios do estado de Minas Gerais. O alimento é feito há três séculos, desde o período colonial, a partir do leite cru.

Desde 2008, os Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal são reconhecidos como Patrimônio

Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura.

O pedido de reconhecimento foi feito pelo Iphan à Unesco em março de 2023. A demanda foi aprovada durante a 19ª Sessão do Comitê Para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco, realizada em Assunção, capital do Paraguai.

Em nota, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, afirmou que o reconhecimento é “uma maneira muito especial de preservar a nossa memória, a sabedoria do nosso povo”.

Já o presidente do Iphan, Leandro Grass, destacou que o

queijo não tem valor sem a parte humana, por isso, não é simplesmente o queijo minas que é patrimônio, mas sim os modos de fazê-lo. “Por trás da história do queijo minas nós temos a história do Brasil e da agricultura familiar.”

Para Grass, o reconhecimento significa um pacto de cuidado e de preservação deste bem cultural. Ele disse esperar que isso ajude na projeção do patrimônio mineiro e brasileiro. “Um grande viva às comunidades produtoras do queijo artesanal, este alimento que nos traz tantos saberes, memórias e a preservação da agricultura familiar”, acrescentou a ministra Margareth Menezes.

Além do Iphan e do Ministé-

rio da Cultura, o reconhecimento da Unesco também era reivindicado pela Associação Mineira do Queijo Artesanal (Amiqueijo), pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa).

O governo de Minas Gerais fará, nesta noite, a partir das 19h, um pequeno recital com coro e violão no Palácio da Liberdade para marcar a conquista do produto que tem profunda identidade com a cultura mineira. (Agência Brasil)

Gabriel Bortoleto ganhou, mas, chegou em 3º na penúltima da F-2

Terminou no domingo a 13ª e penúltima etapa do Campeonato Mundial de F-2. O piloto brasileiro Gabriel Bortoleto, da Invicta Racing, teve um fim de semana muito produtivo desde os treinos livres tendo, em todo o tempo, um dos carros mais velozes da pista. As disputas dessa rodada aconteceram na pista de Lusail, no Catar, local que pela primeira vez recebeu uma prova da F-2.

Após ter sido anunciado como piloto titular da equipe Sauber / Audi de F-1 para a próxima temporada o piloto chegou muito animado na pista do Oriente Médio. Com total foco na briga pelo título o brasileiro de 20 anos se mostrou muito veloz desde o treino livre. Na classificação, que aconteceu ainda na sexta-feira, Gabriel extraiu tudo do carro #10 da equipe Invicta Racing e, com a marca de 1m35s450 conseguiu a segunda melhor marca. Com o resultado

ele garantiu o direito de largar na nona posição da Sprint Race e, naturalmente, do segundo lugar na Feature Race.

Como sempre acontecem nos finais de semana de F-2 a Sprint Race aconteceu no sábado. Bortoleto, com um bom ritmo, conseguiu ser rápido e extremamente preciso. Mesmo em uma prova sem a obrigatoriedade de pit-stop ele, na pista, conseguiu superar quatro concorrentes para receber a bandeirada na quinta colocação após 23 voltas.

Animado e muito concentrado Bortoleto chegou ao autódromo neste domingo pronto para lutar pela vitória. Após uma excelente largada ele pulou para a primeira colocação e, com isso, seguiu impondo um forte ritmo. Volta a volta ele conseguia abrir pequena distância para os demais. Com estratégia de ter largado com pneus médios o piloto e a Invicta Racing optaram por fazer o primeiro stint com 13 vol-

tas. Porém, por uma situação de pista, na hora que Gabriel entraria para o box foi deflagrado o Virtual Safety Car. Pelo regulamento da categoria, nesta situação, os pilotos não podem fazer o pit-stop obrigatório. Assim, no último segundo antes de entrar no box, o time avisou Gabriel para permanecer na pista. O piloto, que já estava na pista de entrada do box, deu uma guinada no volante e conseguiu voltar para a pista. Nesse momento, porém, ele infringiu a regra de entrada dos boxes e, por isso, recebeu uma punição de 5 segundos aos seu tempo total da corrida.

Duas voltas se passaram e Gabriel entrou então para o seu pit-stop, que mais uma vez foi muito bem executado pela equipe. Ele voltou à pista, virtualmente, na primeira colocação. Porém, ciente de que tinha cinco segundos para descontar dos adversários, ele impôs um forte ritmo e começou a caçada aos concor-

rentes que, mesmo em estratégia diferente de pit-stops, estava atrapalhando o seu melhor desempenho. Ele ultrapassou três concorrentes e seguiu de forma mais veloz possível. A três voltas para o final ele reassumiu a liderança na pista e seguiu muito rápido. Porém, não o suficiente para lhe permitir vencer com a diferença superior a cinco segundos. Dessa forma, ao final das 30 voltas, ele cruzou a linha de chegada em primeiro, porém, no resultado concluiu a corrida na terceira colocação.

Desta forma, após 13 etapas, Gabriel Bortoleto segue líder do Campeonato Mundial de F-2 com 188,5 pontos. Isac Hadjar (FRA) é o segundo com 188 e Paul Aron (EST) o terceiro, com 163. A 14ª e última etapa do Mundial de F-2 será disputada no próximo final de semana, em Abu-Dhabi, no Autódromo de Yas Marina.

“É uma sensação bem estranha... Ganhei na pista, mas, fui



Foto/James Gasperotti
Gabriel Bortoleto

para o pódio em terceiro. A penalização foi correta. Infelizmente eu não tive outra atitude a tomar. De qualquer forma posso dizer que consegui extrair o máximo do meu equipamento e, com isso, pude ainda buscar um terceiro lugar na corrida de hoje. Conseguimos uma boa corrida no sábado também, quando avancei qua-

tro posições e terminei em quinto. Vamos para Abu-Dhabi com, literalmente, a faca nos dentes. Estou com apenas meio ponto na liderança do Campeonato e, agora, será tudo ou nada na busca pelo título. EU ACREDITO! Vamos lutar até a bandeirada final para trazer este título para o Brasil”, comentou o jovem paulista de 20 anos.

Kartismo: AKSP encerra o KGV Trophy no domingo



Foto/Emerson Santos
A resenha dos pilotos do AKSP antes e depois das corridas é o mais divertido

O tradicional Kartódromo Granja Viana (Cotia/SP) terá uma grande festa no próximo domingo (8), com o encerramento do KGV Trophy, certame que apontará os melhores pilotos da pista que sedia os principais eventos do rental kart do Brasil, e que recentemente sediou o Mundial da modalidade. A festa será comandada pelo renomado DJ Martin501, e valerá também como a 12ª e última etapa do campeonato

de kart amador AKSP Master Challenge e Mulheres em Ação.

Após cinco etapas do KGV Trophy, os ponteiros são Gabriel Vitorino (Light), Allan Félix Espadrezani (Graduados), Paulo Policeno (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação).

Na categoria Light Gabriel Vitorino está bem próximo de levar o troféu de campeão do KGV Trophy. Das cinco etapas já realiza-

das, ele só não venceu a abertura da temporada, quando terminou em segundo. A briga pelo vice será entre Luan Luz e Luiz Felizzola.

Entre os pilotos Graduados, o líder Allan Félix Espadrezani venceu duas etapas, mas tem a forte concorrência de Diego Rocha e Gabriel Palmyro, que venceram apenas uma prova, mas que vem pontuando bem nas etapas. Com menos probabilidade, mas com chances matemáticas, ainda aparecem Edicarlos Tomiazzi e Sérgio Pereira Inácio.

Na categoria Elite a disputa também está apertada. O líder Paulo Policeno não venceu nenhuma etapa, mas está com uma grande regularidade, enquanto Matheus Nozaki e Fernando Braga venceram uma etapa cada e estão praticamente empatados com Policeno com o descarte do pior resultado. André Reis, também com uma vitória, ainda tem uma remota chance matemática.

A Sênior mostra Marco Verga liderando com duas vitórias. Sem vencer, mas com bons re-

sultados, Jorge Roque ainda tem chance, seguido de Ricardo Corrêa. Quem entra na briga pelo vice é Gerson Roschel.

Já no Mulheres em Ação, com três vitórias Janaina Zoumbounelos é a maior favorita, mas ainda há possibilidade da vice-líder Lucimara Ido brigar pelo título. Pelo vice ainda há possibilidades para Aurélia Freitas, Rita Sanches, Cláudia Franco e Grazi Gonçalves.

A grande atração do encerramento do KGV Trophy será a apresentação do DJ Martin501, mineiro e engenheiro mecânico, que a cinco anos vem fazendo sucesso em baladas em diversos Estados, e que toca várias vertentes do Techno, variando entre Melodic, Minimal, Deep Minimal e também se aventura em Tech House e Deep House.

Confira a classificação do KGV Trophy depois de cinco etapas:

Light: 1) Gabriel Vitorino, 130 pontos; 2) Luan Luz, 101; 3) Guilherme Pegoraro, 65; 4) Luiz Felizzola, 64; 5) Christian Marchini,

52; 6) Ricardo Barros e Luciano Braz, 49; 8) Adriano Siqueira e Gustavo Dividino, 39; 10) Ronaldo Christófano, 36.

Graduados: 1) Allan Félix Espadrezani, 101 pontos; 2) Diego Rocha, 97; 3) Gabriel Palmyro, 70; 4) Elcio Lora e Edicarlos Tomiazzi, 65; 6) Sérgio Inácio, 62; 7) Rodrigo Parmezani, 58; 8) Paulo Danie, 53; 9) Thiago Rocha, 52; 10) Nycolas Eufrásio, 36.

Elite: 1) Paulo Policeno, 97 pontos; 2) Matheus Nozaki, 95; 3) André dos Reis, 83; 4) Fernando Braga, 82; 5) Henrique Morbi, 56; 6) Jorge Roque, 52; 7) Gabriel Kenji, 50; 8) Alberto Otazú e Igor Mei, 44; 10) Rodrigo Oliveira e Alexandre Porche, 39.

Sênior: 1) Marco Verga (Pro), 114 pontos; 2) Jorge Roque (Cadete), 95; 3) Ricardo Corrêa (Master), 72; 4) Luiz Antônio Gouvêa (Master), 59; 5) Gerson Roschel (Master), 58; 6) Paulo Policeno (Cadete), 47; 7) Fernando de Sá Viana (Master), 44; 8) André dos Reis (Cadete) e Miguel Sacramento (Pro), 42; 10) Marcelo Carvalhohaes (Master), 41.

Mulheres em Ação: 1) Janaina Zoumbounelos (G), 129 pontos; 2) Lucimara Reimberg (G), 100; 3) Aurélia Freitas (N), 90; 4) Rita Sanches (G), 77; 5) Cláudia Franco (N), 64; 6) Grazi Gonçalves (G), 58; 7) Amanda Ramos (G), 48; 8) Flávia Corrêa (N), 36; 9) Cláudia Leite (N), 29; 10) Mirna Firmino (N), 28.

O AKSP Master Challenge tem o apoio de Agência Olhar Clínico Marketing, Arte Vidros Cris, Assima Contabilidade, Auto Posto Colônia, Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Cervejaria Paulista, Cris Barros Bijou, Empório Mafalda, Empório Santa Nina, Exotic Limousine, Frangaria JK, Giovanna Baby, Grand Assessoria de Crédito, Luvas e Macacões DKR, Mary Estética, Mico Leão Machines, MRC Produções, Mundo Papercraft, Olhar Clínico Marketing, Panda Garage, Phytoervas, Restaurante Low BBQ, Rolley Beach, 5M Salão de Beleza, San Race, Speed Truck, SM Reparação de Veículos, Studio Divando, Studio 16 Hair e Beauty Moema, TatiSapia Organiza.

Start up cria plataforma com recursos que prometem ajudar os treinadores e atletas de corrida de rua

A corrida de rua é o segundo esporte mais praticado em todo Brasil, ficando atrás apenas do futebol. Estima-se que o Brasil tenha aproximadamente 10 milhões de corredores com expectativa de crescimento significativo em 2025. A Ticket Sports, empresa de inscrições para eventos esportivos divulgou em fevereiro desse ano um estudo que traçou o perfil do atleta brasileiro com base em mais de 1 milhão de inscrições em sua plataforma em 2.466 provas esportivas e observou que 82,4% das inscrições foram feitas em provas de corrida de rua.

E de olho nesse mercado nasce a Pace Pro uma Start Up que promete ajudar os treinadores e atletas de corrida de rua através de uma plataforma com ferramentas para direcionar a prescrição e controle da performance dos atletas.

A Start Up que é do interior Paulista, surgiu após a experiência que seu fundador teve com a corrida de rua e percebeu que as



plataformas de prescrição e gerenciamento dos treinos de hoje se limitam apenas em entregar os treinos prescritos e observou ali uma oportunidade a partir de suas necessidades como atleta de corrida de rua.

E para reforçar o time de desenvolvedores a Pace Pro convidou o professor Doutor Alexandre Machado que é um especialista em corrida de rua e monta-

nha com expertise em matemática aplica a performance para assumir o departamento de desenvolvimento científico da Start Up. Em conversa com Alexandre, ele nos responde que o grande diferencial da Pace Pro será os recursos a partir de algoritmos que irão ajudar o treinador a identificar a necessidade de qual tipo de treinamento (resistência ou velocidade) para o atleta e com isso redirecio-

nar todo o programa de treinamento se necessário. E como spoiler fala que já está em teste o algoritmo de risco de lesão que será incluído numa versão futura da plataforma. O algoritmo irá monitorar o comportamento do atleta a partir das respostas de treino e disparar um alerta de risco de lesão para o treinador e atleta caso identifique um risco eminente de lesão.

Alexandre que acaba de assumir a diretoria, relata que o contato inicial com a Pace Pro aconteceu numa feira em São Paulo em agosto após sua palestra sobre treinamento intervalado, mas que o aceite da proposta foi somente agora dia 20 de novembro.

O principal diferencial da plataforma é que ela vai auxiliar treinadores para uma evolução segura da performance de seus atletas através do uso de algoritmos que monitoram a performance e ajudam na tomada de decisão na seleção dos tipos e das cargas de treinamento de forma personalizada para cada atleta.

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA. AFINAL, O JORNAL É LEGAL.